

PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: desafios enfrentados por licenciandos em Pedagogia

PERMANENCE IN HIGHER EDUCATION: challenges faced by undergraduate in Pedagogy

Felipe Fabricio Genuíno Sampaio¹ - UFCA

Ana Cecília Figueiredo Leite² - UFCA

Francione Charapa Alves³ - UFCA

RESUMO

A expansão do ensino superior no Brasil forneceu melhores condições para que estudantes de grupos historicamente subalternos conseguissem adentrar o espaço acadêmico. No entanto, ampliar não é o suficiente, pois é preciso garantir que os discentes possam permanecer e concluir o curso. Assim, este trabalho objetiva investigar as dificuldades enfrentadas por discentes do curso de pedagogia de uma universidade do Cariri cearense para a sua permanência no ensino superior. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que foi realizada a aplicação de um questionário on-line via Google Formulários com estudantes do referido curso. Os resultados evidenciaram que as dificuldades centram-se mais em aspectos relativos à adaptação ao ensino remoto, mas também constatou-se que questões financeiras e psicológicas também são um entrave. Desse modo, é importante que haja mecanismos da universidade e demais agentes públicos que possam dar suporte ao acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Desafios; Permanência; Adaptação Pedagógica.

ABSTRACT

The expansion of higher education in Brazil provided better conditions for students from historically subaltern groups to be able to enter the academic space. However, expanding is not enough, as it is necessary to ensure that students can stay and complete the course. Thus, this work aims to investigate the difficulties faced by students of the pedagogy course at a university in Cariri, Ceará, for their permanence in higher education. This is a qualitative research in which an online questionnaire was applied via Google Forms with students of that course. The results showed that the difficulties focus more on aspects related to adapting to remote teaching, but it was also found that financial issues are also an obstacle. Thus, it is important that there are mechanisms of the university and other public agents that can support the academic.

KEYWORDS: University education. Challenges. permanence. Pedagogical Adaptation.

DOI: 10.21920/recei7202282810421055

<http://dx.doi.org/10.21920/recei7202282810421055>

¹Graduando de Pedagogia pela UFCA. Membro do Núcleo de Estudos. E-mail: felipefabricio555@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7133-2641>

²Graduada em Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática pela UFCA. Bolsista do projeto de pesquisa que aborda a interseccionalidade, acesso ao ensino superior e os marcadores de diferença de estudantes. E-mail: ana.leite@aluno.ufca.edu.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0430-8323>

³Doutora em Educação pela UFC. Professora Adjunta da UFCA. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação da PMEDU/URCA. E-mail: francione.alves@ufca.edu.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8405-8773>

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o diploma de graduação é sinônimo de acesso a melhores postos de trabalho e, também, de maior remuneração para quem o detém, comparando-se com cidadãos que possuem apenas nível médio ou fundamental. Assim sendo, é válido afirmar que a entrada no ensino superior está atrelada à busca por uma melhor situação financeira e a um trabalho mais estável e confortável. Anualmente, milhões de jovens e adultos buscam garantir sua entrada em um curso de graduação, dedicando tempo e recursos para garantirem o passaporte para a universidade. No entanto, esse é um processo marcado por discrepâncias, enquanto alguns dispõem de excelentes condições estruturais e financeiras para se dedicarem de forma integral aos estudos, outros, por sua vez, enfrentam condições relativamente ruins.

Ingressar no ensino superior é um sonho comum a muitos brasileiros. O último ano do ensino médio costuma ser marcado pela preparação para o ingresso⁴ no Ensino Superior, que pode ser por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou por vestibular.

A utilização da nota do ENEM, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e do Programa universidade para todos (PROUNI), ampliou as possibilidades de se conseguir uma vaga em um curso superior. Além disso, atingiu grupos sociais menos abastados e fez com que essas populações adentrassem em um curso de graduação.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2010, entre 2001 e 2010 o número de matrículas no ensino superior teve um aumento maior que 100%, confirmando a efetividade de políticas afirmativas nesse sentido. Ademais, outra iniciativa política que também ampliou as possibilidades de acesso foi o sistema de cotas raciais, uma vez que criou condições para que tais grupos pudessem garantir presença nesse espaço.

Os percalços entre o vestibular/ENEM, a entrada na graduação e a permanência no curso costumam apresentar várias nuances de acordo com raça, classe e renda, gênero e afins. Vários marcadores sociais são evidenciados na trajetória formativa de alguns, enquanto outros encontram acesso livre para chegar onde almejam. Ou seja, apesar das lutas pela democratização do ensino superior, ainda parece ser um sonho distante para muitos/as jovens e adultos do país.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024), estabelece em sua meta 12 que o estado deve garantir a expansão e democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, além da manutenção da qualidade. No entanto, não basta ampliar vagas, pois o ingresso em um curso superior nem sempre garante a conclusão do curso. Muitas vezes, estudantes de graduação costumam enfrentar mais dificuldades para permanecer e concluir o curso do que para entrar. Os percalços para a permanência na graduação evidenciam-se em vários fatores, como questões financeiras, de mobilidade, de tempo, de conciliação com o trabalho etc.

Em meio a uma pandemia⁵ que redesenhou os padrões de ensino e aprendizagem, somada ao cenário de incerteza financeira e sanitária mais a alta dos preços dos alimentos, da luz, por exemplo, entende-se que é natural a acentuação de dificuldades para permanecer em uma graduação.

Dentro de uma perspectiva que vai além das questões financeiras, entendemos que as dificuldades vivenciadas no ensino superior não são uniformes, há marcadores que indicarão os graus de desafios enfrentados nos percursos acadêmicos. Esses marcadores precisam ser

⁴No Brasil o ingresso no ensino superior pode ocorrer através de vestibulares específicos e/ou através da utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio.

⁵Pandemia de COVID, doença respiratória causada pelo novo Coronavírus e transmitida pelo ar e através de contatos físicos, no Brasil teve seu primeiro caso registrado em fevereiro de 2020.

analisados, sistematizados e discutidos. Dessa forma, torna-se possível promover políticas públicas mais eficazes e bem direcionadas.

Em torno das questões supracitadas, trazemos a importância da interseccionalidade, uma ferramenta capaz de analisar e sistematizar marcadores de diferenças e suas complexidades (COLLINS; BILGE, 2020) e a forma como impactam direta ou indiretamente na jornada acadêmica de estudantes e, a partir disso, nortear eficientes políticas públicas.

Diante do exposto, o presente trabalho objetiva investigar e compreender as dificuldades enfrentadas por discentes do curso de pedagogia de uma universidade do Cariri cearense para a sua permanência no ensino superior.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Esta investigação é fruto de um projeto de pesquisa⁶ intitulado Interseccionalidade e acesso ao ensino superior: marcadores de diferença de estudantes do Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri.

O projeto em questão contou com a participação de dois bolsistas remunerados e um voluntário e está em vigência desde o segundo semestre de 2020, no entanto, esta produção refere-se a um recorte temporal que teve início em agosto de 2021 e foi encerrado em junho de 2022. Nesse período, foram realizados estudos e discussões a respeito da interseccionalidade e marcadores sociais de diferenças e suas práxis.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que, nas palavras de Trivinos, possui diversas nomenclaturas, entretanto: Sob esses nomes, em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 124).

Nessa perspectiva, os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário on-line composto por 40 questões, que ocorreu no primeiro semestre de 2021 através da ferramenta Google Formulários e evidenciava diversos marcadores sociais.

O instrumental foi aplicado com estudantes dos cursos de Licenciaturas do Instituto de Formação de Educadores, Campus de Brejo Santo da Universidade Federal do Cariri, a saber: Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática, Biologia, Matemática, Química, Física e Pedagogia, entretanto, para a análise deste artigo, utilizamos apenas as respostas obtidas com os estudantes de Pedagogia⁷ e que tratavam das dificuldades em relação à sua permanência no ensino superior⁸. Todavia, além das respostas referentes ao ponto já citado, fatores como renda e sexo/gênero, também foram levados em consideração para os resultados e discussões deste trabalho.

Vale ressaltar que todos os preceitos éticos⁹ de pesquisas com seres humanos foram resguardados e os nomes dos alunos tiveram sigilo preservados, sendo o projeto aprovado no

⁶ A pesquisa teve início no ano de 2020 e finalizará em 2023. Inicialmente foi financiada pela UFCA e FUNCAP, e a partir de 2021, pelo CNPQ e UFCA.

⁷ O curso de Licenciatura em Pedagogia da UFCA, teve o seu início em meio à pandemia, no ano de 2020.

⁸ Trata-se da questão do formulário (2.9): Quais as maiores dificuldades que enfrenta para a sua permanência no Ensino Superior?

⁹ A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética, registrada sob o parecer nº 4.568.197.

Comitê de Ética. Utilizamos a letra D para identificar os discentes, seguidos do número de acordo com a ordem de respostas.

Após a coleta, realizamos a leitura das respostas e, em seguida, fizemos a categorização e interpretação à luz dos teóricos que discutem as temáticas pertinentes ao estudo.

Por fim, destacamos que, no momento em que a pesquisa foi realizada, as aulas estavam ocorrendo de forma remota na UFCA em decorrência da pandemia.

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR, DESAFIOS E PERMANÊNCIA

A primeira década do século XXI foi marcada pela expansão do ensino superior no Brasil. Conforme indica o relatório do Censo da Educação Superior de 2010, publicado em 2011, o número de matrículas teve um aumento superior a 100% entre 2001 e 2010. À medida que os anos foram passando, políticas afirmativas visando à democratização dos cursos de graduação pelo país foram surgindo e ganhando espaço em diversos cantos do território nacional. Ações como o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), somados ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, popularmente conhecido por Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), permitiram que uma parcela mais diversificada da população brasileira chegasse ao ensino superior. Nesse cenário, pobres, negros e indígenas começaram a ter mais espaço nas universidades brasileiras. Um novo público começou a dividir os espaços acadêmicos.

Diante de um cenário de ocupação das universidades por camadas populares historicamente menos abastadas e geograficamente menos favorecidas, é importante que políticas públicas sejam programadas e direcionadas para prover condições de permanência e egresso com diploma.

Políticas públicas eficientes são importantes mecanismos de garantia de melhores condições para estudantes em situações mais vulneráveis. É, portanto, uma forma de não só massificar o ensino superior, mas também de democratizá-lo. Nesse sentido, é importante entender que existe não só uma, mas várias questões intrínsecas às condições de acesso e permanência. Marcadores sociais, que de forma conjunta podem acentuar as dificuldades encontradas no percurso acadêmico.

Outro ponto importante a ser ressaltado refere-se à pandemia e seus impactos na vida de muitos estudantes. A pandemia trouxe a necessidade de repensar a dinâmica educacional no país inteiro. Nesse contexto, surgiu o ensino remoto como uma alternativa para dar prosseguimento às atividades acadêmicas até que houvesse um significativo arrefecimento da crise sanitária. Destarte, a partir da portaria nº 343, o ministério da Educação Instituiu que:

Fica autorizado em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino (BRASIL, 2020).

Em meio às mudanças provocadas em razão da emergência sanitária, o ensino remoto como principal recurso pedagógico trouxe relevantes discussões relacionadas às dificuldades vivenciadas por estudantes durante o período que precisaram utilizar essa ferramenta.

A pandemia e as medidas utilizadas no combate à disseminação do vírus, resultaram em modificações significativas na vida estudantil, como: menos interações físicas, maior exposição a

telas, reorganização de rotinas e espaços de estudos, e/ou até mesmo desgaste mental e emocional, mudanças nos hábitos alimentares e no sono, dentre outros. Novamente manifestam-se aqui, marcadores variados, pois os anseios enfrentados por estudantes diante da pandemia não foram homogêneos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este tópico trata da análise e discussões das respostas dos estudantes no que concerne à seguinte questão: quais as maiores dificuldades que enfrenta para a sua permanência no Ensino Superior?

Antes de adentrarmos especificamente nas análises, contextualizamos um pouco sobre o período pandêmico que está diretamente relacionado ao agravamento das dificuldades enfrentadas pelos estudantes para a sua permanência na universidade.

Por estarmos em um cenário de pandemia que modificou a dinâmica educacional no Brasil inteiro, no âmbito do ensino superior, o Ministério da Educação (MEC) emitiu, em 2020, a portaria n° 343, indicando a possibilidade de substituir as aulas presenciais por aulas remotas enquanto persistisse a pandemia da COVID-19 no país. Conforme o seu artigo 1° fica autorizado:

[...] em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino (BRASIL, 2020).

Praticamente todas as universidades públicas do país adotaram o ensino remoto para dar prosseguimento às atividades acadêmicas.

Diante dessa nova realidade imposta pela pandemia do novo coronavírus, instituições de ensino e professores necessitaram lançar mão de recursos das tecnologias digitais para dar conta de atender às demandas do ensino nesse novo e difícil momento por que passa a educação (MEDEIROS, 2021, p. 05).

Em meio às mudanças provocadas em razão da emergência sanitária, o ensino remoto como principal recurso pedagógico trouxe relevantes discussões relacionadas às dificuldades vivenciadas por estudantes durante o período que precisaram utilizar essa ferramenta.

Diante desse panorama, é importante salientar que fatores como: ambiente de estudo, uso mais frequente de telas para estudar, qualidade da internet, estresse e cansaço mental, causados pelo ensino remoto e pelo distanciamento social, somadas às dificuldades para adaptar-se à nova configuração de ensino, são fatores relevantes nesta análise. Além disso, o cenário incerto sobre a economia com inflação em alta traz para o centro da discussão os impactos relativos à renda.

Responderam ao questionário treze estudantes do curso de pedagogia, sendo onze do sexo feminino e dois do sexo masculino. No que diz respeito à renda familiar desses estudantes, três afirmaram que a família detém uma renda inferior a um salário-mínimo, oito afirmaram que a família possui renda entre um e dois salários-mínimos e, por fim, uma afirmou que a renda está entre três e quatro salários-mínimos e outra informou ter renda familiar acima de quatro salários.

Das que afirmaram renda abaixo de um salário, são todas do sexo feminino. Enquanto os dois do sexo masculino estão presentes no grupo de renda entre um e dois salários, fato que

comprova as desigualdades existentes de gênero no Brasil, uma vez que as mulheres no nosso país ganham aproximadamente 20% a menos do que os homens e essa diferença ainda é visível mesmo quando as comparações são feitas entre trabalhadores/as do mesmo de escolaridade e idade e na mesma categoria de ocupação. É o que mostra um levantamento da consultoria IDados, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2021).

Em relação ao período letivo, na época da aplicação, dez encontravam-se cursando o primeiro semestre e três cursando o segundo semestre.

Ademais, oito discentes afirmaram ter acesso a algum tipo de auxílio da instituição, seja financeiro ou atendimento pedagógico e/ou psicológico. Três afirmaram não usufruírem deste amparo e outros dois não souberam responder. Sobre programas de bolsas, oito responderam ser bolsistas de algum programa¹⁰ e cinco responderam nunca ter tido algum tipo de bolsa.

Muito embora saibamos o quanto todas essas iniciativas são importantes, vale lembrar que a implementação de programas, que visem a garantir os direitos básicos dos estudantes durante a sua formação, requer:

para além de ações burocráticas de estimativas de quantidades, seleções, entrevistas e oferta de apoio financeiro, a reflexão constante [...] sobre o modo como os referidos programas impactam na efetiva permanência de seus e suas beneficiários/as, quais as especificidades estão sendo atendidas e de que modo a oferta e acompanhamento desses estão cooperando para uma universidade mais inclusiva e equânime.

A partir dos resultados analisados, percebemos que o maior entrave acerca da permanência no ensino superior, durante o período da aplicação do questionário, refere-se à questão de adaptação ao ensino remoto. É importante ressaltar que questões relacionadas ao ambiente de estudo e a gestão do tempo, foram consideradas como referentes à adaptação, já que tem influência no processo. Vejamos as respostas de alguns discentes:

A questão do acesso à internet e um local específico para estudo (D7).

Até o momento acredito que uma das maiores dificuldades que venho enfrentando é a questão da adaptação diante de um período remoto (D11).

Minha grande dificuldade é a adaptação com o ensino remoto, pois não é fácil estudar em casa [...]. Assim, estudar em casa acaba sendo uma tarefa complicada, uma vez que eu tenho que preparar um horário de estudo, e tentar não me distrair com a internet enquanto estudo (D13).

Por ser algo inédito para muita gente, é natural observar que os discentes encontraram dificuldades acerca da adaptação ao modelo, principalmente aqueles que estavam chegando de um ensino médio presencial. A dinâmica imposta pelo ritmo da universidade mais o ensino remoto, implicam contrastes significativos ao que era vivenciado no ensino médio antes da pandemia e na preparação para o ENEM, trazendo a iminente necessidade de adaptação. Nesse contexto, também podem surgir ou acentuarem-se dificuldades a respeito da gestão e organização do tempo, o que acaba tornando-se uma barreira no processo de adaptação.

¹⁰ Nesse caso, todos os estudantes eram bolsistas do Subprojeto PIBID Pedagogia. Edital Capes 2020-2022.

No que diz respeito ao ambiente utilizado para estudar, ter um espaço adequado e confortável é um fator que facilita bastante a rotina estudantil, principalmente em um cenário de ensino remoto. No entanto, entende-se que nem sempre é uma tarefa simples organizar um local adequado, seja por conta da infraestrutura da moradia, seja por conta da quantidade de pessoas que convivem no mesmo ambiente ou até mesmo por conta dos preços dos itens essenciais para se ornamentar um ambiente confortável. Nesse rol, entram questões relacionadas à qualidade da internet e os recursos tecnológicos à disposição.

Vários pontos devem ser levados em consideração, sendo que um dos principais problemas encontrados no ensino remoto diz respeito a não disponibilidade dos recursos tecnológicos para todos e a falta de acesso a uma internet de qualidade, além da falta de um ambiente adequado¹¹ para os estudos. Com isso, muitos estudantes não têm a oportunidade de se adequar ao ensino remoto, visto que, não possuem equipamentos necessários para esse processo (COSTA *et al.*, 2021, p. 83).

A série de modificações proporcionadas pelo ensino remoto traz quatro aspectos importantes no que tange ao processo de adaptação que são: ambiente de estudos, organização e gestão do tempo, adequação pedagógica e disponibilidade de recursos. Mesmo que sejam características distintas, é válido afirmar que elas conectam-se e implicam no resultado.

Com a suspensão de aulas presenciais e a implementação do ensino remoto, os universitários, abruptamente, tiveram que reinventar uma maneira de viver o cotidiano acadêmico. Diante de tais circunstâncias, e tendo em vista principalmente os estudantes cujas iniquidades sociais são mais marcantes, dificuldades diversas foram identificadas, a exemplo da falta de ferramentas tecnológicas e de acesso à internet, o que prejudicou o acompanhamento das atividades acadêmicas (CARVALHO; SILVEIRA, 2021, p. 02).

Compreende-se que a adaptação ao ensino remoto não pode ser vista como uma tarefa simples, pois existem questões diversas que influenciam diretamente no processo adaptativo. São pontos relacionados a aspectos pessoais, mas também há questões que estão além das condições do estudante. Nessa discussão, os aspectos que marcam o processo de adequação ao ensino remoto precisam ser analisados e pontuados de modo que a subjetividade de cada estudante não seja ignorada, pois cada sujeito que relatou suas dificuldades nesse processo, embora em alguns momentos comunguem de situações semelhantes, trazem nuances que implicam toda a dinâmica adaptativa.

Outro fator importante constatado nos dados obtidos, refere-se à questão financeira, um aspecto determinante na jornada de um acadêmico, uma vez que traz implicações sobre condições permanência no ensino superior.

Minha maior dificuldade é a condição financeira (D2).

¹¹Disponível em:

https://atlasdasiuventudes.com.br/wpcontent/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf

A maior é a questão financeira. Algumas vezes parece ser necessário que eu deixe os estudos para trabalhar e ajudar meus pais em casa. Até agora não precisei fazer essa renúncia, mas pode acontecer (D12).

Em um país com elevados índices de pobreza e desigualdades, a permanência no ensino superior apresenta graus de dificuldades de acordo com os marcadores de determinada pessoa, no que diz respeito à renda, é um aspecto preponderante a manutenção e, também, o êxito acadêmico, pois traz um indicativo das condições do estudante no percurso acadêmico.

No relato, D12 destacou a possibilidade de renunciar aos estudos para ter que trabalhar e ajudar nas despesas familiares. Esse não é um relato isolado, mas sim condizente com a realidade de muitos estudantes de ensino superior pelo Brasil. É também um relato que escancara a realidade dura enfrentada por graduandos de baixa renda, a realidade de ficar diante da incerteza entre os estudos e o trabalho, entre a conclusão do curso e a evasão, principalmente em um cenário em que as universidades sofrem com perda de recursos e que a inflação insiste em não dar trégua.

No Brasil, as desigualdades de oportunidades de ingresso no ensino superior, tendo em vista variáveis como classe social e etnia, colocam em desvantagem pretos, pardos e pobres e tendem a se agravar durante o período dos estudos [...] se as probabilidades de acesso são menores para os estudantes oriundos das classes populares, por sua vez, o risco de evasão e retenção é maior para estes indivíduos do que para aqueles pertencentes às classes médias e altas (VARGAS, 2011, p. 151).

O perfil socioeconômico é um fator relevante no que concerne à manutenção e o êxito da jornada acadêmica, pois dispor de uma situação financeira que garanta ao discente, condições para se dedicar aos estudos e a participação em atividades acadêmicas contribui positivamente no seu desenvolvimento enquanto universitário e futuro profissional, bem como provém uma segurança que reduz a necessidade de estudar e trabalhar.

Para os estudantes oriundos das camadas mais pobres, somente o ingresso, em muitos casos, não se faz suficiente para a conquista da diplomação, tendo em vista que os diversos custos com a escolarização universitária poderão representar um “peso” no orçamento individual e/ou familiar, que eles podem não conseguir corresponder (PINTO *apud* ARAÚJO *et al.*, 2019, p. 730).

Portanto, é de suma importância compreender que “se as probabilidades de acesso são menores para os estudantes oriundos das classes populares, por sua vez, o risco de evasão e retenção é maior para estes indivíduos do que para aqueles pertencentes às classes médias e altas” (VARGAS, 2011, p. 151). Uma vez que estudantes oriundos de famílias de baixa renda podem, em algum momento, ter de preterir a graduação para trabalhar e prover seu sustento, como relatado na resposta da participante D12.

Nesse sentido, a renda é um fator *sine qua non* na integridade acadêmica do indivíduo. É essencial que o estudante tenha disponibilidade de uma situação financeira que o possibilite aproveitar a universidade da melhor forma possível, tendo tempo, estrutura e condições de estudos, bem como, de participar das atividades acadêmicas. Ademais, o acesso pleno à educação é uma forma de viabilizar mobilidade social e desenvolvimento socioeconômico.

Estudantes oriundos de camadas populares de baixa renda, historicamente e geograficamente excluídas vem chegando ao ensino superior, trazendo a necessidade de repensar as universidades, de forma que possa fomentar condições para que a falta de dinheiro não interrompa a graduação destes.

Na atual configuração do perfil do estudante do ensino superior, uma questão não pode ser desconsiderada: as mudanças ocorridas nas universidades brasileiras, cujas expansão da oferta de vagas nos cursos superiores, a inserção de novas formas de seleção, ações afirmativas como a adoção da lei de cotas, mudaram o perfil socioeconômico do estudante universitário, o que demanda a necessidade de reformulação das ações e políticas de permanência na universidade (ALVES, BRITO, 2021, p. 31).

A partir das discussões elencadas, devemos considerar que “a ampliação da taxa de permanência estudantil na educação superior deve estar associada a políticas de acesso, inclusão, ações afirmativas e assistência estudantil, como forma de garantir o sucesso acadêmico aos estudantes desse nível de ensino” (ALVES; BRITO, 2021, p. 26).

Além de aspectos relativos à renda e à adaptação, também foram evidenciados dados que trazem questões emocionais/psicológicas como uma dificuldade na permanência, questões acerca da saúde mental também acompanham o percurso de estudantes de graduação, principalmente em um cenário (pós) pandêmico em que fatores estressores foram acentuados e convertidos em ansiedade, depressão e outros traumas psicológicos.

A maior dificuldade que enfrento é minha saúde mental, há alguns anos venho sofrendo com alguns períodos de "surto" que pode durar meses, embora eu sofra com isso nunca fui no psicólogo então não sei o que tenho e também, o ambiente que tenho para estudar me atrapalha e desconcentra (D10).

Ambiente e psicológico (D14).

A saúde mental dos estudantes na graduação é um ponto relevante a ser destacado, alguns já chegam com algumas complicações emocionais, mas há quem adquira ou acentue no desenvolver do curso, em especial, em decorrência das mudanças proporcionadas pela dinâmica universitária.

A entrada na Universidade é um marco muito importante na vida dos estudantes, carregada de um simbolismo de status, posição de vantagem na sociedade e realização de um ideal de muitos pais. Porém, é caracterizada também como um momento de angústias, conflitos, ansiedade, decisões difíceis, fantasias, etc [...]. Além disso, somam-se outros fatores como a necessidade de desenvolver um perfil de estudante universitário, adequar-se a uma metodologia de ensino específica, integrar-se a um grupo de pessoas desconhecidas e ao clima da classe (MARTINCOWSKI, 2013, p. 130).

Os cursos de graduação trazem uma série de cobranças que trazem reflexo à saúde mental dos estudantes, a cobrança por resultados e produções, a demanda de estudos e leituras são fatores que geram cansaço, estresse e desgaste emocional.

Assim, consideramos que a vivência como aluno universitário constitui transição significativa na vida do indivíduo, pois ele está iniciando um novo papel. Essa transição inclui: o esquema de estudo (diferente do colégio e do cursinho); as provas e exames; a exigência de longas horas de estudo; os conflitos entre dever e lazer; a gestão do tempo [...] o estabelecimento de novos vínculos afetivos; a modificação dos métodos pedagógicos; a competição entre os estudantes; as expectativas quanto à carreira profissional; as dúvidas e preocupações sobre sua capacidade de absorver as informações dadas ao longo do curso; a preocupação com seus ganhos econômicos no futuro (MARTINS, NOGUEIRA-MARTINS, 2018, p. 334).

O panorama de mudanças advindas do ingresso na graduação é inerente e já acontece por si só. Mas, o fato de essa experiência ter que começar de forma remota é mais um possível impacto na forma como a pessoa vai lidar com as mudanças inevitáveis.

Transtornos mentais podem contribuir de forma exorbitante na criação de barreiras que geram empecilhos ao estudante e, dessa forma, atrapalhar o seu percurso na graduação, uma vez que podem interferir negativamente na rotina, na qualidade e no tempo de estudos, podem reduzir os níveis de concentração, gerar alterações no sono, nas relações interpessoais e em outros hábitos corriqueiros. É, portanto, um quesito basilar acerca da permanência e do desenvolvimento acadêmico.

A questão psicológica é um aspecto que merece destaque e atenção, vivemos em uma sociedade impulsionada pela busca por resultados e pela busca desenfreada por números que traduzam excelência, os estudantes acabam-se tornando vítimas desse modelo agressivo.

Os resultados elencados e discutidos aqui, evidenciam um leque de atores que influenciam as condições de permanência no ensino superior, são aspectos socioeconômicos, pedagógicos e psicológicos. Dificuldades heterogêneas que precisam ser analisadas e pontuadas para formalizar mecanismos de amparo.

Ainda que o ensino remoto esteja saindo da rota com o retorno presencial em muitas universidades, compreender os impactos que ele trouxe ao rendimento acadêmico é fundamental, tendo em vista que pode tornar-se cada vez mais usual como uma ferramenta pedagógica.

No que diz respeito aos aspectos financeiros e psicológicos, é necessário evitar que a universidade perca discentes que não disponham de condições financeiras suficientes. Às dificuldades econômicas dos estudantes somam-se muitos outros problemas, como os que se referem à saúde mental debilitada e, muitas vezes, são excelentes estudantes, mas que não possuem condições para dar prosseguimento à vida acadêmica. Há um conflito entre o que gostariam de fazer e o que podem fazer, devido à carga horária de trabalho, deslocamentos que precisam fazer até a universidade, dentre outras realidades existentes.

Portanto, é essencial o apoio da universidade em torno dessas questões, seja fornecendo auxílios financeiros e bolsas, seja ofertando serviços de atendimento psicológico e amparo à saúde mental.

Através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), as universidades públicas dispõem de aparatos que permitem que o estudante disponha de serviços que o auxiliam na sua permanência. Destacamos alguns dos objetivos desse Programa:

proporcionar condições de acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino, e; analisar, planejar e promover ações

que visem à redução dos índices de evasão e retenção universitária, quando motivadas por fatores socioeconômicos. (BRASIL, 2010).

A Assistência Estudantil precisa sempre ser problematizada e repensada, pois ela consiste em uma política pública que proporciona, a uma grande parte dos estudantes que ingressam nas universidades públicas brasileiras, a continuidade dos seus estudos. Nesse sentido, Souza (2017) enfatiza que essa defesa deve ir na direção da construção desta como “política social pública, o que “vai contra a sua apropriação como política de governo, submetida ao bel-prazer de governantes que implementam o que querem, como querem, ou mesmo anulam seu potencial de viabilizar direitos. (SOUZA, 2017, p. 138).

Na Universidade Federal do Cariri - UFCA, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE, tem como objetivo: garantir o atendimento das diversas demandas dos estudantes. Assim, desenvolve o seu trabalho junto com outros setores desta IES para que essa Assistência Estudantil seja garantida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama evidenciado nos resultados, traz à luz a importância de pesquisas que busquem compreender as dificuldades e desafios pertinentes à manutenção na graduação.

Sobre esse prisma, a interseccionalidade, elemento-chave deste projeto de pesquisa, mostra-se relevante e indispensável, uma vez que as nuances correspondentes ao rol de desafios evidenciados precisam ser minuciosamente analisadas, discutidas e ponderadas, para entender aos impactos que tiveram e podem ainda ter sobre a desenvoltura acadêmica.

A pandemia trouxe um impacto significativo na vida acadêmica, pois com ela veio a necessidade de estudantes e docentes adaptarem-se a um novo panorama educacional, este sem tantas interações físicas e sociais. Trouxe também incertezas financeiras¹² para as famílias. Portanto, fez-se necessário ofertar um maior amparo para que estudantes consigam adaptar-se a essas mudanças, bem como tenham suporte financeiro para atravessar as dificuldades existentes.

Diante do exposto, não somente no período pandêmico, mas em todo o tempo, é fundamental que haja mecanismos governamentais e institucionais que garantam condições plenas aos discentes para que possam permanecer na graduação e formarem-se.

Dispor de apoio pedagógico nas universidades é importante para que estudantes adaptem-se a novos modelos de ensino, dentro de um cenário pandêmico e pós-pandemia. É também nesse apoio que os discentes podem ter ajuda na maneira de organizar rotinas de estudo e maneiras de gerir seu tempo e espaço de acordo com sua situação.

No que tange ao perfil socioeconômico, é essencial que acadêmicos de baixa renda disponham de auxílios financeiros que forneçam suporte para permanecerem na universidade. No Instituto de Formação de Educadores, os estudantes dispõem de programas de bolsas nas modalidades Pesquisa, Cultura, Ensino, Extensão e Programa de Aprendizagem Prática (PAP). O Instituto também é contemplado pelo PIBID que é mais centrado na categoria ensino, não deixando de lado a pesquisa e a extensão.

Para além de bolsas, são ofertados semestralmente auxílios financeiros para estudantes de baixa renda. Essas políticas fornecem melhores condições de permanência aos discentes do referido instituto.

¹²Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/21/a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil/>

Por fim, conclui-se que os desafios postos e reforçados pela crise sanitária são enormes e complexos e requerem ação conjunta de instituições e órgãos governamentais no intuito de garantir a permanência e a formação de milhares de estudantes de graduação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francione Charapa, NASCIMENTO, Ana Maria do, SOUSA, Francisco Raule de; SANTOS, Lorrán Cicero Melo dos. Assistência estudantil e permanência no ensino superior a partir da percepção de estudantes. *Conjecturas*, 22 (3), 369–383, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/CONJ-758-C07>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ALVES, Daniel Cardoso; BRITO, Marta Lorena Lima. Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SISU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), [S.L.], v. 26, n. 1, p. 24-44, abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO).

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo; CHAGAS, Denise Maria Moreira. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. *Avaliação: (Campinas)*, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 722-743, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO).

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação (org.). **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010**. 2011. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207234&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.234%2C%20DE%2019,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 53, 18 mar. 2020. Seção 01, p. 39. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/03/2020&jornal=515&pagina=39&totalArquivos=125>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (Org.). Juventudes e a pandemia de coronavírus. In: **Evidências para a transformação das juventudes**. Atlas das Juventudes. 2021. Disponível em:

https://atlasdajuventudes.com.br/wpcontent/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf. Acesso em: 7 jun. 2022.

COSTA, Jefferson de Andrade; MACHADO, Dionleno de Carvalho Pessoa; COSTA, Tatiana de Andrade; ARAÚJO, Fabiana da Cruz; NUNES, Jordânia Cardoso; COSTA, Hérica Tanhara Souza da. Dificuldades enfrentadas durante o ensino remoto. **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, [S. l.], v. 1, p. 80-95, 2021. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/9>. Acesso em: 1 jun. 2022.

GEMAQUE, Adrimauro. **A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/21/a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

NOGUEIRA-MARTINS, Luiz Antonio; MARTINS, Maria Cezira Fantini Nogueira-. Saúde mental e qualidade de vida de estudantes universitários. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, [S.L.], v. 7, n. 3, p. 334, 3 set. 2018. Escola Bahiana de Medicina e Saúde Publica. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rps.v7i3.2086>.

MEDEIROS, Josué Cordovil. Possibilidades da educação em tempos de Covid-19. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. e335198, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v3i3.5198. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/5198>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SOUZA, Jacqueline Domienne Almeida de. **Na travessia: assistência estudantil da educação Profissional**. As interfaces das políticas de assistência social e educação. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23610>. Acesso em: 6 fev. 2019

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação: Revista Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 149-163, mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/KWLLpWwDMHgWzBqvtNTHYcC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2022.

Submetido em: setembro de 2022

Aprovado em: dezembro de 2022